

# Guerra, uma ameaça sobre Barra da Corda

WALTER RODRIGUES  
Enviado especial

**E**stamos no Alto Alegre há 80 anos, trabalhando e gastando nosso dinheiro para ajudar o índio. Mesmo depois do massacre de 1901, quando os guajajaras mataram os frades e as freiras da nossa missão, continuamos a considerá-los como amigos, como irmãos. Agora, eles nos dizem: capuchinhos, vão-se embora, não mais os queremos aqui. É duro, é um novo massacre, o massacre de 1979. Iremos embora. E que Deus nos acompanhe.

Depois de pronunciar essas palavras, quarta-feira à tarde, em Barra da Corda, no Maranhão, o bispo prelado de Grajaú, dom Valentino Lazare, escondeu a cabeça branca nas mãos e chorou durante um minuto, parecendo que aceitava como um fato consumado a decisão da Funai de atender aos guajajaras e retirar, dentro de um ano, todos os invasores da reserva indígena, incluindo a missão dos capuchinhos no povoado do Alto Alegre. Essa impressão, porém, desapareceu com o pronunciamento de outros frades, que mais tarde explicariam que dom Valentino quis apenas se referir a uma retirada "pastoral", a um cessamento do trabalho junto aos índios. Pois, os capuchinhos continuam reivindicando o direito de permanecer na área e, segundo anunciou o frei Oswaldo Caronini, secretário-geral da Associação Educadora São Francisco — entidade religiosa responsável pela missão do Alto Alegre — estão decididos a recorrer à Justiça contra a decisão da Funai.

A posição assumida pelos capuchinhos provocou uma rápida mudança no ânimo dos lavradores que participaram da reunião de quarta-feira em Barra da Corda, convocada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com o objetivo de promover um acordo amigável entre brancos e índios. Os posseiros tinham ouvido o superintendente administrativo da Funai, Pedro Paulo Fatorelli, anunciar que cerca de cinco mil invasores da reserva indígena seriam reassentados em outra área, onde receberiam títulos definitivos de propriedade. Alguns deles chegaram a manifestar concordância com a decisão; mas depois da apaixonada intervenção de frei Oswaldo, que falou em injustiça, em aberração, em opressão contra os lavradores, mudaram de idéia e acompanharam os frades na recusa em assinar a ata da reunião, para que ninguém mais tarde pudessem dizer que estavam de acordo. Os caciques e líderes guajajaras presentes à reunião, ao contrário, aprovaram completamente o plano, e um deles chegou a dizer que pouco importava a ata da reunião, "pois o governo está do nosso lado e a vitória é nossa". Mas a verdade é que os 1800 guajajaras do Posto Indígena Canabrava não podem falar em vitória sem um entendimento com os brancos e que sob esse aspecto — como admitiu o presidente do Cimi, dom Tomas Balduino — a reunião foi um fracasso total. Se antes eram os guajajaras que ameaçavam ir à guerra contra os invasores, agora são estes, apoiados e pelos frades e pelos políticos de Barra da Corda e do vizinho Grajaú, que se sentem ameaçados e começam a falar em recorrer à violência para garantir a posse da terra.

Quem chega a Barra da Corda logo percebe a radicalização entre os brancos. O deputado arenista e usineiro Fernando Falcão, por exemplo, repete a toda hora que ninguém será expulso e que, "se esses índios querem violência, terão violência". Suas palavras são um convite à resistência: "de Mamando a Caducando, não há mais de 1800 índios

na área do PI Canabrava, que tem 130 mil hectares. Os brancos são muitos mais numerosos e ocupam somente nove mil hectares. E são tão índios quanto os guajajaras, na pobreza e no desamparo em que vivem. Por que dar tudo a esses índios vagabundos, mentirosos e ladrões e deixar na miséria os cristãos, passando o trator sobre o trabalho de dezenas de anos?" Falcão acha que o culpado de tudo que vem acontecendo é o chefe da Ajudância da Funai em Barra da Corda, Porfírio Carvalho, "um agitador, um subversivo, um louco que encontrou este município em paz e está à beira de lançá-lo numa guerra". Opinião que é basicamente a mesma dos capuchinhos: "Ninguém me tira da cabeça que esse Carvalho é um agente das multinacionais" — diz o frei Oswaldo Caronini. — "Ainda não tenho as provas, mas tenho certeza de que, se nós sairmos daqui, dentro de alguns anos o Alto Alegre será fazenda de alguma multinacional." Os capuchinhos enviaram repetidas denúncias contra Carvalho à presidência da Funai e ao Ministério da Justiça, e até o presidente da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, Victor Asselin, numa atitude incoerente, juntou-se a frei Oswaldo e ao bispo de Grajaú na acusação de que o sertanista "é comunista ou faz o jogo das multinacionais". O próprio Carvalho é quem diz ter ouvido os três formularem a denúncia: "Eu estava na sala quando eles falavam com o diretor do DGO (Departamento Geral de Operações da Funai)" — conta o sertanista. "Na época eles não me conheciam e eu também não me identifiquei."

Carvalho é muito odiado em Barra da Corda. No maior dos enclaves brancos dentro da reserva indígena — São Pedro dos Cacetes —, sua cabeça foi posta a prêmio e ele só cruzou a região de surpresa e geralmente de madrugada, temendo uma emboscada. Quando chegou para assumir a chefia da ajudância de Barra da Corda, o delegado da Funai em São Luís, Armando Perfetti, prometia aos frades que a área da missão seria respeitada e que nenhum lavrador perderia sua posse. Idêntica garantia a Assembleia Legislativa do Maranhão recebeu do general Ismarth Araújo, ex-presidente da Funai. Mas os Guajajaras, — estimulados por Porfírio Carvalho, dizem seus inimigos —, reagiram e acabaram conseguindo a demissão do coronel Perfetti, depois que ele foi acusado por Carvalho de conivência na tortura de índio por agentes da Polícia Federal e que um inquérito comprovou que autorizara pessoalmente novas invasões na reserva. O chefe da Ajudância foi-se tornando cada vez mais radical: "A Funai deve expulsar os invasores e deixar que outros órgãos do governo encarem depois o problema do reassentamento", sustenta Carvalho. "Os índios têm pressa e já estão perdendo a confiança nas autoridades. No começo deste século, Barra da Corda era uma aldeia. Quando o delegado de índios do Imperador fundou ali um povoado, os guajajaras se afastaram 5 Km. Depois veio o SPI e expulsou-os de mais quatro aldeias, para que o governo pudesse fazer um projeto de colonização na área. Agora, tudo mudou: os índios estão organizados, não aceitam exploração e exigem de volta o que é deles". Um exemplo dessa disposição estaria na atitude que os guajajaras assumem diante da imprensa: na quarta-feira passada, uma dúzia de índios que trabalhava para um empreiteira do governo, na estrada Barra da Corda — Alto Alegre, ameaçou impedir a passagem de um carro de jornalistas, se eles não pagassem pelas fotos que haviam tirado.



Fotos Raimundo Borges

O bispo dom Valentino Lazare ainda lamenta a posição dos índios guajajaras, num momento em que os posseiros prometem reagir a qualquer ataque

## A lembrança do passado mantém o medo presente

Quase toda a população do pequeno povoado do Alto Alegre, fundado no final do século passado por dois capuchinhos italianos, estava reunida para assistir a uma missa quando os guajajaras, comandados pelo legendário cacique Caboré, promoveram o maior massacre de brancos por índios da história do Brasil. Isso aconteceu no dia 13 de março de 1901, mas até hoje envenena as relações entre brancos e índios em Barra da Corda.

Sertanistas como Olympio Cruz e antropólogos como Mércio Pereira Gomes, da Unicamp, confirmam a versão dos índios sobre a causa imediata do massacre, que interrompeu por mais de 50 anos o trabalho dos capuchinhos na área: as torturas a que o cacique Caboré foi submetido, por ordem dos frades italianos. Capturado na aldeia pela polícia indígena de Barra da Corda, sob a acusação de bigamia (que os costumes indígenas permitiam), Caboré foi levado para Barra da Corda e lá padeceru vários dias, amarrado e suspenso alternadamente pelas mãos, pelos pés e pelo pescoço. Conta a tradição oral dos guajajaras que Caboré, depois de passar 15 dias recuperando-se das torturas, visitou em São Luís o governador do Maranhão e dele recebeu licença para fazer justiça segundo os costumes tribais. Ou pelo menos foi o que o cacique disse aos que relutavam em acompanhá-lo na aventura.

A vingança dos guajajaras foi terrível: quatro frades, oito freiras e cerca de 200 arrendatários da missão foram trucidados no massacre, a flechadas ou a golpes de tacape, e alguns submetidos a impiedosos suplícios. Novamente preso e torturado pela polícia, Caboré definiu até a morte na cadeia de Barra da Corda, mas os índios se viram temporariamente livres dos invasores e para sempre da virtual obrigação de ceder seus filhos ao internato dos frades no Alto Alegre.

Quando os capuchinhos retornaram ao Alto Alegre, em 1956, — já então decididos a concentrar seu trabalho junto à comunidade branca de Barra da Corda — o trauma do massacre permanecia muito vivo, como acontece até hoje. O dia 13 de março ainda é feriado escolar no Alto Alegre e a fachada da igreja dos frades em Barra da Corda exibe a efígie dos 12 mártires de 1901. Aos que sugerem que essas lembranças sejam apagadas para favorecer um melhor relacionamento entre brancos e índios, frei Oswaldo Caronini replica que a Igreja tem o direito de venerar os que morreram pela fé: "Por que não se exige que seja destruída

a memória de Tiradentes para agradar aos portugueses? Por que não abolir o símbolo da cruz para satisfazer aos judeus? Nós achamos, que Caboré foi um assassino e realizamos uma procissão anual em louvor de suas vítimas: se os guajajaras pensam o contrário, ninguém impede que façam uma procissão ou uma festa para homenagear Caboré".

"Os ensinamentos ministrados na escola dos frades e nos outros povoados da região fazem do guajajara o judeu de Barra da Corda", contesta a antropóloga Elisabeth Bezerra Coelho, coordenadora da comissão pró-índio do Maranhão. "E isso desagrada os guajajaras, além de estimular o ódio e o desprezo dos brancos."

No povoado do Alto Alegre vivem hoje cerca de 300 famílias, a maioria arrendatária da missão dos capuchinhos. Até recentemente, os índios pareciam tacitamente aceitar a existência do povoado, só reagindo com violência — e inclusive matando lavradores — quando alguma roça ultrapassava os limites historicamente estabelecidos. Mais ou menos o mesmo sucedia no povoado de São Pedro dos Cacetes, que é uma espécie de prolongamento do Alto Alegre, com mais de 500 famílias. Os maiores problemas só começaram quando os 9 mil hectares da área S. Pedro/Alto Alegre se tornaram pequenos para a população residente, que avançou para estabelecer novas invasões: a do centro do Felipe Preto — doze famílias — e da Lagoa Comprida, onde ninguém sabe ao certo quantos brancos existem. Foi a decisão da Funai de demarcar a Lagoa Comprida que deflagrou a crise atual: incitados pelos políticos e pelo ex-delegado Armando Perfetti, posseiros armados fecharam a estrada e proibiram a passagem dos topógrafos, para em seguida expulsarem os índios das aldeias de Uruçu e Jurúá (cuja área nunca havia sido invadida) e estabelecerem o quarto enclave branco no território Guajajara. Foi a gota d'água, dizem os próprios índios.

Se os capuchinhos tivessem tomado a defesa dos índios contra as novas invasões, é possível que o movimento para reaver o Alto Alegre tivesse cessado ou que alguma forma de repartição da área fosse aceitável para os dois lados. Hoje não parece haver nenhuma solução fora da que foi adotada pela Funai — a retirada de todos os brancos, respeitado o ano agrícola —, pois a própria radicalização do conflito promoveu a consciência histórica e a determinação dos Guajajaras.





Foto Raimundo Borges

Armados, os posseiros que há anos invadiram a reserva dos guajajaras, em Barra da Corda, no Maranhão, estão prontos para

reagir à ameaça dos índios, que querem expulsá-los de suas terras, como já fizeram em 1901

Página 27

Prontos para reagir

ESP. 1/7/79